

**Michael Hardt  
Antonio Negri**

**ASSEMBLY**

## **Assembly: a organização multitudinária do comum**

Copyright © 2018 Editora Filosófica Politeia para a edição brasileira

Copyright © 2017 by Michael Hardt & Antonio Negri. Brazilian translation rights arranged with Melanie Jackson Agency, LLC.

**Título original:** Assembly

**Tradução:** Lucas Carpinelli e Jefferson Viel

**Revisão técnica:** Mario Antunes Marino

**Revisão:** Sandra Pereira

**Capa, projeto gráfico e editoração:** Juliano Bonamigo Ferreira de Souza

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

---

H266a Hardt, Michael

Assembly: a organização multitudinária do comum / Michael Hardt, Antonio Negri ; traduzido por Lucas Carpinelli, Jefferson Viel. — São Paulo : Editora Filosófica Politeia, 2018.

448 p. ; 15,5cm x 22cm.

Tradução de: Assembly

Inclui índice e bibliografia.

ISBN: 978-85-94444-02-8

I. Filosofia. 2. Filosofia Política.

I. Negri, Antonio. II. Carpinelli, Lucas. III. Viel, Jefferson. IV. Título.

2018-1430

CDD IOO

CDU I

---

**Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva — CRB-8/9410**

#### **Índice para catálogo sistemático:**

1. Filosofia IOO

2. Filosofia I

A reprodução parcial sem fins lucrativos deste livro, para uso privado ou coletivo, em qualquer meio, requer autorização prévia dos editores.

As URLs citadas na obra foram acessadas em setembro de 2018.

ISBN: 978-85-94444-02-8

1ª edição | 2018

Editora Filosófica Politeia

São Paulo | novembro de 2018

[www.editorapoliteia.com.br](http://www.editorapoliteia.com.br)

[facebook.com/editorapoliteia](https://facebook.com/editorapoliteia)

Michael Hardt  
Antonio Negri

# ASSEMBLY

A organização  
multitudinária  
do comum

*Tradução*  
Lucas Carpinelli e  
Jefferson Viel

1ª edição  
São Paulo, 2018



editora politeia



*Manifestar apoio àqueles que, em meio às presas da opressão implacável, resistem espontaneamente é algo bem tranquilo em plena madrugada. Porém, quando raia a manhã seguinte, isso não basta; afinal, significa apenas que, cedo ou tarde, as tropas avançadas, com sua superioridade bélica e suas reações sofisticadas, terminarão, em uma noite escura, por encurralar alguns de nossos jovens em uma passagem qualquer para cumprir sua vingança.*

*Cold Comfort Farm, de Stuart Hall*

*Conhecer o fascínio dos comuns é nos sabermos não meramente os iniciadores de algo, mas, em vez disso, afortunados a ponto de participarmos de algo mais amplo, algo parcial e incompleto, mas em contínua expansão.*

*The Brown Commons, José Muñoz*



# Sumário

Prefácio . . . . .	xiii
--------------------	------

## PARTE I O PROBLEMA DA LIDERANÇA

1. Onde foram parar os líderes? . . . . .	5
Os “erros” dos comunardos . . . . .	6
Falso pressuposto: crítica da liderança = recusa de toda organização e instituição . . . . .	9
Movimentos sem líderes como sintomas de uma mudança histórica .	12
2. Estratégia e tática do centauro . . . . .	23
O museu das revoluções passadas . . . . .	24
Primeiro chamado: estratégia aos movimentos . . . . .	27
<i>Liderança tática</i> . . . . .	28
<i>Movimentos estratégicos</i> . . . . .	30
Um partido de movimentos? . . . . .	32
3. Contra Rousseau ou <i>Pour en finir avec la souveraineté</i> . . . . .	37
Crítica da representação . . . . .	39
Crítica do poder constituinte . . . . .	47
Segundo chamado: inventemos instituições não soberanas . . . . .	54
Primeira resposta: fundamentemos nossos projetos na vida social . .	57
<i>Contra a autonomia do político</i> . . . . .	60
4. O espelho sombrio dos movimentos de direita . . . . .	67
Restaurar a unidade do povo . . . . .	68
Populismo e propriedade racializada . . . . .	73
A violência das identidades religiosas . . . . .	76
<i>Pobreza como riqueza</i> . . . . .	81
5. O verdadeiro problema está em outro lugar . . . . .	87
Estouremos a represa! . . . . .	88
Segunda resposta: busquemos a ontologia plural de coalizões cooperativas . . . . .	92
Terceiro chamado: tomemos o poder, mas de outra forma . . . . .	96
<i>O marxismo contra Das Kapital</i> . . . . .	99

## PARTE II PRODUÇÃO SOCIAL

<i>O que significa “desde baixo”?</i> . . . . .	109
<b>6. Como abrir a propriedade ao comum</b> . . . . .	<b>115</b>
Um feixe de direitos . . . . .	116
As propriedades sociais do trabalho . . . . .	124
Terceira resposta: o comum não é propriedade . . . . .	131
A fábula das abelhas ou as paixões do comum . . . . .	136
<i>Segurança (contra o medo)</i> . . . . .	137
<i>Prosperidade (contra a miséria)</i> . . . . .	139
<i>Liberdade (contra a morte)</i> . . . . .	141
<b>7. Nós, sujeitos maquínicos</b> . . . . .	<b>145</b>
A relação entre humanos e máquinas . . . . .	145
Transformações na composição do capital . . . . .	151
Quarto chamado: tomemos de volta o capital fixo (“sendo esse capital fixo o próprio ser humano”) . . . . .	157
Subjetividades maquínicas . . . . .	163
<b>8. Weber às avessas</b> . . . . .	<b>169</b>
Sonho de Weber, pesadelo de Kafka . . . . .	170
<i>Sine ira et studio</i> . . . . .	174
Taylorismo digital . . . . .	177
Quarta resposta: esmaguemos o Estado . . . . .	180
<i>O fim da Mitteleuropa</i> . . . . .	182
<b>9. O empreendedorismo da multidão</b> . . . . .	<b>187</b>
Como se tornar um empreendedor . . . . .	188
Quinto chamado: o empreendedorismo da multidão . . . . .	193
Produção social ► sindicato social ► greve social . . . . .	197
<i>Tomar a palavra enquanto tradução</i> . . . . .	203

## PARTE III COMANDO FINANCEIRO E GOVERNANÇA NEOLIBERAL

<b>10. A finança captura o valor social</b> . . . . .	<b>215</b>
A finança desde cima e desde baixo . . . . .	215
Abstração/extração . . . . .	219
As muitas faces da extração . . . . .	224
Da produção social à finança . . . . .	231
Logística e infraestrutura na fábrica social . . . . .	236
<i>Debate marxista 1: acumulação primitiva</i> . . . . .	240



<b>11. O dinheiro institucionaliza uma relação social</b> . . . . .	247
O que é o dinheiro e como ele governa? . . . . .	249
Objektiver Geist . . . . .	260
Da propriedade privada e sua desmaterialização . . . . .	264
As crises emergem desde baixo . . . . .	269
<i>Debates marxistas 2: crise</i> . . . . .	273
<b>12. A administração neoliberal fora dos eixos</b> . . . . .	277
Liberdade neoliberal . . . . .	278
Pontos de crise da administração neoliberal . . . . .	284
Esvaziando os poderes públicos . . . . .	291
Quinta resposta: produzamos subjetividades poderosas . . . . .	296

## **PARTE IV O NOVO PRÍNCIPE**

<b>13. Realismo político</b> . . . . .	307
O poder vem em segundo lugar . . . . .	307
O comum vem em primeiro lugar . . . . .	311
Greve geral . . . . .	319
<i>Extremismo centrista</i> . . . . .	326
<b>14. Reformismo impossível</b> . . . . .	331
Corrigindo o sistema . . . . .	332
Instituindo contrapoderes . . . . .	335
Indignação na névoa da guerra . . . . .	339
<i>Império hoje</i> . . . . .	348
<b>15. E agora?</b> . . . . .	355
Um Hefesto para armar a multidão . . . . .	355
Um Dioniso de três faces para governar o comum . . . . .	362
Um Hermes para cunhar a moeda do comum . . . . .	370
<b>16. Portulano</b> . . . . .	377
Riqueza . . . . .	377
Instituição . . . . .	381
Organização . . . . .	383
Exortatio . . . . .	387
<b>Agradecimentos</b> . . . . .	391
<b>Bibliografia</b> . . . . .	393



## **À vossa excelentíssima Majestade**

Em tempos idos, os autores orgulhavam-se do privilégio de dedicar seus trabalhos à Majestade — um nobre costume que faríamos bem em resgatar. Afinal, quer a reconheçamos ou não, a Magnificência cerca-nos por todos os lados. Não nos referimos às linhagens reais remanentes, mais ridículas a cada dia; e, decerto, tampouco nos referimos aos pomposos políticos e capitães da finança, que, em sua maioria, mereceriam ser criminalmente indiciados. Somos mais afeitos à tradição de Thoreau, Emerson e Whitman, que reverenciam a glória das montanhas e o mistério das florestas — mas ainda não é esse o sentido intencionado. Dedicamos este livro, então, àqueles que, contra todas as probabilidades, seguem lutando pela liberdade, àqueles que, tendo sofrido derrotas, se erguem uma vez mais, incansáveis, para combater as forças da dominação. É vossa a verdadeira Majestade.

à maneira de Melville, à maneira de Maquiavel



# Prefácio

*Aqui, poesia é o mesmo que insurreição.*

Aimé Césaire

A esta altura, o roteiro é familiar: movimentos sociais inspiradores erguem-se contra a injustiça e a dominação, tomam brevemente as manchetes ao redor do globo e, então, aos poucos, somem de vista. Mesmo quando conseguem derrubar algum líder autoritário, eles têm sido até agora incapazes de criar alternativas novas e duradouras. Salvo raras exceções, esses movimentos ou abandonaram suas aspirações radicais e se tornaram partícipes dos sistemas existentes ou foram derrotados pela repressão feroz. Por que os movimentos, que contemplam as necessidades e os desejos de tantos, não foram capazes de alcançar mudanças duradouras e de criar uma nova sociedade, mais democrática e mais justa?

Essa questão cresce em urgência à medida que forças políticas de direita se erguem e tomam o poder em países de todo o mundo, e, então, suspendem procedimentos legais, a fim de atacarem adversários políticos, solapam a independência do judiciário e da imprensa, realizam operações extensivas de vigilância, criam uma atmosfera de medo entre as várias populações subordinadas, põem noções de pureza racial ou religiosa como condições de pertencimento social, ameaçam imigrantes de expulsão em massa e muito mais. As pessoas protestam contra as ações desses governos e estão certas em fazê-lo. Protestar, entretanto, não basta. Os movimentos sociais devem também operar uma transformação social duradoura.

Hoje estamos vivendo uma fase de transição, que exige questionar algumas de nossas premissas políticas básicas. Em vez de meramente perguntar como tomar o poder, também devemos perguntar que tipo de poder queremos e, talvez mais importante, quem queremos nos tornar. “Tudo decorre”, como diz Hegel, “de entender e exprimir o verdadeiro

não como substância, mas também, precisamente, como *sujeito*".<sup>i</sup> Devemos treinar nossos olhos para reconhecer como os movimentos têm o potencial de redefinir as relações sociais fundamentais no esforço não de tomar o poder como ele é, mas tomá-lo de outra forma, para alcançar uma sociedade fundamentalmente nova e democrática e — eis o ponto crucial — para produzir novas subjetividades.

Os movimentos sociais mais poderosos da atualidade tratam a palavra liderança como um palavrão — e por vários bons motivos. Há mais de meio século, ativistas têm criticado, com razão, a forma como modos de organização centralizados e verticais, que incluem figuras carismáticas, conselhos de liderança, estruturas partidárias e instituições burocráticas, tornaram-se grilhões para o desenvolvimento da democracia e para a participação plena de todos na vida política. Por um lado, foram-se os dias em que uma vanguarda política podia tomar o poder em nome das massas com sucesso. As alegações de realismo político e a suposta eficácia de uma liderança centralizada mostraram-se completamente ilusórias. Por outro lado, no entanto, é um erro terrível traduzir críticas válidas da liderança em uma recusa de organizações e instituições políticas de fôlego, banir a verticalidade apenas para fazer da horizontalidade um fetiche e ignorar a necessidade de estruturas sociais duráveis. Movimentos “sem liderança” devem organizar a produção de subjetividade necessária para criar relações sociais duradouras.

Em vez de desconsiderarmos completamente a liderança, devemos começar por demarcar suas funções políticas centrais e, então, inventar novos mecanismos e práticas que nos permitam satisfazê-las. (Se isso ainda for chamado de “liderança”, pouco importa). As tomadas de decisão e a formação de assembleias são duas funções-chave da liderança. Para evitar a cacofonia das vozes individuais e a paralisia do processo político, sugere o consenso, líderes devem ser capazes de reunir as pessoas em um todo coerente e fazer aquelas escolhas difíceis que são necessárias para sustentar o movimento e, em última análise, para transformar a sociedade. O fato de a liderança ser definida pela capacidade de tomar decisões apresenta um paradoxo para as concepções modernas de democracia: líderes tomam decisões a distância e em relativa solidão, mas essas

<sup>i</sup> Georg Wilhelm Friedrich HEGEL. *Fenomenologia do espírito*. Parte I. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 29, grifos do autor.

decisões devem, de alguma maneira, ser ligadas à multidão, representar sua vontade e seus desejos. Essa tensão ou contradição dá origem a uma série de anomalias no interior do pensamento democrático moderno. A capacidade dos líderes para reunir [*assemble*] a multidão demonstra essa mesma tensão. Eles devem ser empreendedores políticos que reúnem as pessoas, criam novas combinações sociais e as disciplinam para que cooperem umas com as outras. Aqueles que reúnem [*assemble*] as pessoas dessa forma, contudo, colocam-se à distância dessa assembleia [*assembly*], e isso, inevitavelmente, cria uma dinâmica entre líderes e seguidores, governantes e governados. Liderança democrática, em última análise, surge como um oxímoro.

Nossa hipótese é a de que as tomadas de decisão e a formação de assembleias não exigem um comando centralizado, mas podem ser realizadas em conjunto pela multidão, democraticamente. Decerto há e continuará a haver questões que, por causa de sua urgência ou natureza técnica, exigem tomadas de decisão centralizadas de vários tipos, mas tal “liderança” deve ser constantemente subordinada à multidão, deve ser implantada e descartada conforme a ocasião. Se líderes ainda forem necessários e possíveis nesse contexto, será apenas por servirem à multidão produtiva. Não se trata, portanto, de uma eliminação da liderança, mas de uma inversão da relação política que a constitui, uma reversão da polaridade que liga movimentos horizontais e liderança vertical.

Então o que querem os movimentos atuais da multidão? Eles certamente exigem igualdade, liberdade e democracia, mas também querem bem-estar e riqueza — não a fim de possuir mais, mas de criar relações sustentáveis de acesso e de uso para todos. Há muito tempo, essas exigências foram compreendidas em termos de felicidade. Hoje a felicidade política e social não é um sonho inatingível, mas se encontra embutida na realidade da produção social, o resultado da sociedade de produção conjunta, a qual produz relações sociais em condições de liberdade e igualdade. Esse é o único caminho para uma sociedade realmente democrática.

No entanto, se tratarmos a efetividade potencial da organização democrática para transformar o mundo apenas em termos políticos, isto é, se tratarmos o político como um campo autônomo, destacado das necessidades sociais e da produção social, encontrar-nos-emos, constante e inevitavelmente, andando em círculos ou em direção a becos sem saída.

Com efeito, precisamos deixar a ruidosa esfera da política, em que tudo se dá na superfície, e descer ao terreno oculto da produção e reprodução sociais. Precisamos enraizar no terreno social as questões da organização e da efetividade, da formação de assembleias e das tomadas de decisão, porque apenas nele encontraremos soluções duradouras. Essa é a tarefa dos capítulos centrais de nosso livro. Só podemos verificar o potencial da multidão para organizar a si mesma, para estabelecer os termos de nossa cooperação e para tomar decisões conjuntas ao investigarmos o que as pessoas já estão fazendo, quais são seus talentos e capacidades no campo da produção social.

Hoje a produção é cada vez mais social, em dois sentidos: de um lado, as pessoas produzem cada vez mais socialmente, em redes de cooperação e interação; de outro, o resultado da produção não é somente mercadorias, mas relações sociais e, em última análise, a própria sociedade. É nesse duplo terreno da produção social que os talentos e capacidades das pessoas para organizar e governar a si mesmas são nutridos e revelados. É também nele, entretanto, que estão em jogo os mais importantes desafios e as mais severas formas de dominação com que a multidão se depara, entre as quais os mecanismos dominantes da finança, do dinheiro e da administração neoliberal.

Uma batalha-chave no terreno da produção social diz respeito aos usos, à gestão e à apropriação do comum, isto é, da riqueza da terra e da riqueza social que compartilhamos e cujo uso gerimos conjuntamente. Atualmente, o comum é cada vez mais o fundamento e o principal resultado da produção social. Em outras palavras, apoiamo-nos em saberes, linguagens, relações e circuitos de cooperação compartilhados, juntamente com o acesso compartilhado a recursos de produção. O que produzimos, então, tende (ao menos potencialmente) a ser comum, isto é, compartilhado e gerido socialmente.

No momento, existem principalmente duas abordagens do comum, que apontam para direções divergentes. Uma afirma o direito de apropriar o comum como propriedade privada, o que tem sido um princípio da ideologia capitalista desde o começo. Hoje a acumulação capitalista funciona cada vez mais por meio da extração do comum, de enormes operações de petróleo e gás, de grandes empreendimentos de mineração e da monocultura. Funciona também pela extração do valor produzido



em formas sociais do comum, tais como geração de saberes, cooperação social, produtos culturais e afins. A finança está à frente desses processos de extração, igualmente destrutivos para a terra e para os ecossistemas sociais que capturam.

A outra abordagem busca manter o acesso ao comum aberto e gerir nossa riqueza democraticamente, demonstrando em que sentido a multidão já é relativamente autônoma e tem potencial para ser ainda mais. As pessoas, conjuntamente, são cada vez mais capazes de determinar o modo como irão cooperar socialmente, gerir suas relações interpessoais e com o seu mundo e gerar novas combinações de forças humanas e inumanas, máquinas sociais e digitais, elementos materiais e imateriais. Desse ponto de vista, podemos de fato ver que transformar o comum em propriedade privada, restringir o acesso a ele e monopolizar as tomadas de decisão quanto a seu uso e desenvolvimento são posturas que agrilhoam qualquer produtividade futura. Todos nós somos tanto mais produtivos quanto mais temos acesso a saberes, quanto mais somos capazes de cooperar e nos comunicarmos, quanto mais compartilhamos recursos e riqueza. Gerir e cuidar do comum é responsabilidade da multidão, e essa capacidade social tem implicações políticas imediatas para a autogovernança, a liberdade e a democracia.

Ainda assim, em nossos ouvidos, algum gênio maligno sussurra que as condições do mundo atual não são propícias. O neoliberalismo parece ter absorvido o comum e a própria sociedade sob o seu domínio, pondo o dinheiro como a medida exclusiva não só do valor econômico como também das nossas relações uns com os outros e com o nosso mundo. A finança comanda quase todas as relações produtivas, que foram lançadas nas gélidas águas do mercado global. Sua inversão dos papéis políticos, continua o gênio maligno, talvez fizesse algum sentido se os empresários fossem como aqueles que os capitalistas exaltavam nos velhos tempos, isto é, figuras promotoras das virtudes da inovação. Empresários desse tipo, no entanto, são cada vez mais raros. Atualmente, o capitalista de risco, o financista e o gestor de fundos são os únicos que comandam — ou, mais precisamente, o dinheiro comanda, e eles são apenas os seus vassalos e administradores. Hoje o empresário capitalista não é nenhum Ahab, que conduz seu navio por mares desconhecidos, mas um padre sedentário que oficia uma orgia interminável de acumulação financeira.

Além disso, o neoliberalismo não apenas impôs uma reorganização da produção em direção à acumulação de riqueza e à extração do comum visando fins privados, como também reorganizou os poderes políticos das classes dominantes. Uma violência extraordinária, que multiplica e agrava a pobreza, foi integrada ao exercício do poder. As forças policiais tornaram-se milícias, por assim dizer, que caçam os pobres, não brancos,\* miseráveis e explorados, e, na mesma medida, as guerras tornaram-se exercícios de policiamento global que evidenciam pouco zelo pela soberania nacional ou pelo direito internacional. Quaisquer vestígios de carisma, se é que de fato já existiu algum, foram arrancados da política de exceção, tendo o estado de exceção se convertido no estado normal do poder. “Pobrezinhos iludidos”, conclui o nosso gênio maligno, com toda a arrogância, condescendência e desdém dos poderosos pela ingenuidade dos rebeldes.

Há muito mais em jogo ainda. Felizmente, há uma miríade de formas de resistência diária e a revolta episódica, mas incessante, de potentes movimentos sociais. É preciso perguntar se o desprezo que os poderosos cultivam pelas agruras de rebeldes e manifestantes (e a insinuação de que nunca se organizarão com sucesso a não ser que se submetam à liderança tradicional) não mascara o seu temor de que os movimentos avancem da resistência à insurreição — e, portanto, o seu medo de não mais possuírem o controle. Eles sabem (ou suspeitam) que o poder nunca é tão seguro e autossuficiente quanto finge ser. A imagem de um Leviatã onipotente não passa de uma fábula que serve para aterrorizar à submissão os pobres e os subordinados. O poder é sempre uma relação de força, ou melhor, de muitas forças: “a subordinação não pode ser compreendida”, explica Ranajit Guha, “senão como um dos termos constituintes de uma relação binária, da qual o outro termo é a dominância”.<sup>ii</sup> Manter a ordem social requer que negociemos e nos envolvamos com essa relação constantemente.

Esse conflito é hoje parte do nosso ser social e, nesse sentido, é um fato ontológico. O mundo como ele é — assim é que entendemos a ontologia — caracteriza-se por lutas sociais, pelas resistências e revoltas dos

\* *People of color*, no original. A expressão, de origem estadunidense, é comumente empregada em língua inglesa para descrever não somente pessoas de ascendência africana, mas também latina, hispânica, asiática — em suma, todo e qualquer “não branco”. [N. T.]

<sup>ii</sup> Ranajit GUHA. “Prefácio”. In: Ranajit GUHA e Gayatri SPIVAK (org.). *Selected Subaltern Studies*. New York: Oxford University Press, 1988, p. 35.

subordinados e pela busca por liberdade e igualdade. Porém, ele é dominado por uma minoria ínfima que comanda a vida de muitos e extorque o valor social criado por aqueles que produzem e reproduzem a sociedade. Em outras palavras, é um mundo construído pela cooperação social, mas dividido pela dominação das classes dirigentes, sua paixão cega pela apropriação e sua sede insaciável de acumulação de riqueza.

O ser social, portanto, aparece ou como uma figura totalitária de comando ou como uma força de resistência e liberação. O Um do poder divide-se em Dois, e a ontologia é cindida em diferentes pontos de vista, cada um deles dinâmico e construtivo. Dessa separação também decorre uma divisão epistemológica: de um lado, há uma afirmação abstrata da verdade que, embora seja construída, tem de ser considerada uma ordem fixa, permanente e orgânica, ditada pela natureza; de outro, há, desde baixo, a busca por uma verdade construída na prática. Uma aparece como a capacidade de subjugação e a outra como subjetivação, isto é, a produção autônoma de subjetividade. Essa produção de subjetividade torna-se possível pelo fato de que a verdade não é dada, mas construída, não é substância, mas sujeito. O poder de fazer e de construir é, nesse caso, um índice de verdade. Nos processos de subjetivação que são desenvolvidos e postos em prática, portanto, uma verdade e uma ética surgem desde baixo.

Se quisermos que desempenhe ainda algum papel, a liderança deve exercer uma função empresarial, sem comandar os demais, agir em seu nome ou alegar representá-los, mas atuando como um simples operador da assembleia dentro de uma multidão que é auto-organizada e que opera em liberdade e igualdade para produzir riqueza. O empreendedorismo, nesse sentido, deve ser um agente de felicidade. Assim, ao longo deste livro, além de investigar e afirmar as resistências e revoltas da multidão nas últimas décadas, vamos também propor a hipótese de um empreendedorismo democrático da multidão. Somente ao assumirmos a sociedade como ela é e como está se tornando, isto é, como circuitos de cooperação entre subjetividades largamente heterogêneas que produzem e utilizam o comum em suas várias formas, poderemos estabelecer um projeto de liberação, construindo uma figura forte do empreendedorismo político consoante a produção do comum.

Pode parecer incongruente celebrarmos o empreendedorismo quando os ideólogos neoliberais tagarelam incessantemente sobre suas virtudes,

defendendo a criação de uma sociedade empresarial, curvando-se deslumbrados diante das empreitadas de alto risco dos bravos capitalistas e exortando-nos, do jardim de infância à aposentadoria, a nos tornarmos empreendedores de nossas próprias vidas. Sabemos que esses contos heroicos do empreendedorismo capitalista não passam de conversa fiada, mas, se olharmos alhures, veremos que atividades empresariais abundam em nossos dias — organizando novas combinações sociais, inventando novas formas de cooperação social e gerando mecanismos democráticos para nosso acesso, uso e participação em tomadas de decisão sobre o comum. É importante que reivindicemos o conceito de empreendedorismo. De fato, uma das tarefas centrais do pensamento político é lutar pelos conceitos, esclarecer ou transformar o seu significado. O empreendedorismo serve como ponto de contato entre as formas da cooperação da multidão na produção social e a sua reunião [*assembly*] em termos políticos.

Em outros trabalhos nossos, desenvolvemos algumas asserções econômicas necessárias para esse projeto e continuaremos a desenvolvê-las neste livro. Eis, esquematicamente, uma lista parcial. (1) O comum — isto é, as várias formas de riqueza social e natural que compartilhamos, acessamos e gerimos conjuntamente — é cada vez mais central para o modo de produção capitalista. (2) Paralelamente à crescente relevância econômica do comum, o trabalho está sendo transformado. A forma como as pessoas produzem valor, tanto no trabalho como na sociedade, é cada vez mais baseada na cooperação, no cuidar, em saberes sociais e científicos e na criação de relações sociais. Além disso, as subjetividades sociais que animam as relações cooperativas tendem a ser dotadas de certa autonomia em relação ao comando capitalista. (3) O trabalho está sendo alterado por novas relações intensivas e por vários tipos de máquinas materiais e imateriais essenciais à produção, tais como os algoritmos digitais e o *general intellect*, que incluem amplos bancos de saberes sociais e científicos. Uma tarefa que vamos propor é que a multidão reapropriar aquelas formas de capital fixo que forem meios essenciais de produção social, tornando-as suas. (4) O centro de gravidade da produção capitalista está se deslocando da exploração do trabalho na indústria de larga escala para a extração capitalista de valor (frequentemente por meio de instrumentos financeiros) do comum, isto é, da terra e do trabalho social cooperativo. Isso não é primariamente um salto quantitativo e, de fato, em termos globais, pode ser

que não haja redução do número de trabalhadores nas fábricas. Mais relevante é a importância qualitativa das várias formas de extração do comum, da terra (tais como exploração de petróleo, mineração e monocultura) e da produção social (o que inclui educação, saúde, produção cultural, trabalho cognitivo rotineiro e criativo e o trabalho de cuidados\*), que tende a reorganizar e recompor a economia capitalista global como um todo. Uma nova fase do desenvolvimento capitalista está emergindo após a manufatura e a grande indústria, uma fase caracterizada pela produção social, que exige níveis elevados de autonomia, cooperação e “comunização” do trabalho vivo. (5) Essas transformações no âmago da produção capitalista e da força de trabalho mudam os termos de como a resistência pode ser organizada contra a exploração e a extração de valor. Elas possibilitam a inversão da situação de modo que a multidão reapropriar das mãos do capital o comum e construa uma democracia real. O problema da organização (e da verticalização dos movimentos horizontais) reside nisso, isto é, no problema da “constitucionalização” do comum — como objetivos das lutas sociais e operárias, certamente, mas também como a institucionalização de formas livres e democráticas de vida.

Esses são alguns dos argumentos que nos levam a acreditar ser possível e desejável para a multidão dobrar as relações de poder a seu favor, e, em última análise, tomar o poder — mas, e é esse o ponto crucial, tomá-lo diversamente. Se os movimentos estão se tornando capazes de formular a estratégia necessária para transformar a sociedade, então serão também capazes de tomar posse do comum, e, assim, reconfigurar a liberdade, a igualdade, a democracia e a riqueza. Em outras palavras, tomar o poder “diversamente” significa não repetir as hipocrisias que põem a liberdade (sem igualdade) como um conceito da direita e a igualdade (sem liberdade) como uma proposta da esquerda, significa rejeitar qualquer separação entre o comum e a felicidade. Ao tomarem o poder, os movimentos precisam afirmar suas mais incisivas diferenças e mais extensas pluralidades, isto é, afirmar-se como multidão. Mas isso não basta. Esse “diversamente” também significa que, ao tomar o poder, a multidão deve

\* *Care work*, no original. A expressão denota qualquer trabalho de motivação primariamente intrínseca que envolva cuidar do bem-estar de outrem, particularmente indivíduos em algum sentido carentes de autonomia plena: trabalhadores nas áreas da saúde e da educação, por exemplo, desenvolvem *care work*. [N. T.]

produzir instituições independentes que desmistifiquem as identidades e a centralidade do poder — desmascarando o poder estatal e construindo instituições não soberanas. Produzir lutas subversivas contra o poder para derrotar a soberania: esse é um componente essencial do “diversamente”. Mas nem isso basta. Esse processo deve ser construído materialmente, o que abre um caminho a ser percorrido, um caminho que leva à reapropriação da riqueza pela multidão, à sua incorporação do capital fixo em seus modos de cooperação social produtiva, um caminho que enraíza o poder no comum.

Um novo Príncipe está surgindo no horizonte, um Príncipe nascido das paixões da multidão. Indignação com as políticas corruptas que continuamente enchem os comedouros de banqueiros, financistas, burocratas e demais endinheirados; indignação com os níveis assustadores de desigualdade social e pobreza; raiva e medo da destruição da Terra e seus ecossistemas; e denúncia dos aparentemente irrefreáveis sistemas de violência e guerra — a maioria das pessoas percebe tudo isso, mas se sente impotente para promover qualquer mudança. A indignação e a raiva, se deixadas a fermentar por tempo demais sem alcançar resultado algum, correm o risco de desmoronar em desespero ou resignação. Nesse terreno, um novo Príncipe indica um caminho de liberdade e igualdade, um caminho que põe a tarefa de colocar o comum nas mãos de todos, gerido democraticamente por todos. Por Príncipe, é claro, não entendemos um indivíduo, ou mesmo um partido ou conselho de liderança, mas a articulação política que entretece as diferentes formas de resistência e lutas por liberação na sociedade atual. Esse Príncipe, então, aparece como um enxame, uma multidão que se move de forma coesa e, tacitamente, porta uma ameaça.

O título deste livro, *Assembly*, visa apreender o poder de se reunir e de agir politicamente em conjunto. Mas, aqui, *assembly* não aparece de modo teoricamente exaustivo; tampouco buscamos analisar detalhadamente qualquer prática específica de assembleia ou reunião. Em vez disso, abordamos o conceito transversalmente e mostramos como ele reverbera com uma ampla rede de princípios e práticas políticas — das assembleias gerais, instituídas pelos movimentos sociais contemporâneos, às assembleias legislativas da política moderna; do direito de reunião [*right to assemble*] afirmado em tradições jurídicas à liberdade de associação, central para a organização do trabalho; das diversas formas de congregação em co-

munidades religiosas à noção filosófica de agenciamento maquínico [*machinic assemblage*] que constitui novas subjetividades. *Assembly* é uma lente que nos permite reconhecer novas possibilidades políticas democráticas.<sup>iii</sup>

Em vários momentos, pontuando o ritmo do livro, propomos chamados [*calls*] e respostas [*responses*]. Não se trata de perguntas [*questions*] e respostas [*answers*], como se as respostas [*responses*] pudessem silenciar os chamados. Chamados e respostas devem ressoar de um lado para o outro, em um diálogo aberto. Estilos afro-americanos clássicos de pregação assemelham-se ao que temos em mente, pois exigem a participação de toda a congregação. Todavia, essa referência não é realmente correta. Na pregação, as funções daqueles que chamam e daqueles que respondem são estritamente divididas: o pregador faz uma declaração, e a congregação a ratifica, “amém”, exortando o pregador a prosseguir. Estamos interessados em formas de participação mais significativas, em que os papéis sejam iguais e intercambiáveis. Uma comparação mais apta seria com os chamados e respostas dos cantos de trabalho, como nas canções de marinheiro comuns nos navios mercantes do século XIX. As canções servem para passar o tempo e para sincronizar o trabalho. No entanto, tendo em vista tão diligente obediência, os cantos de trabalho não são ainda a referência ideal. Uma inspiração que nos é mais adequada, para nos valermos uma vez mais da história da cultura afro-americana, são os cantos de chamado e resposta dos escravos nos campos de plantação, com títulos como “*Hoe, Emma, Hoe*”.\* Esses cantos de escravos, derivados das tradições musicais da África Ocidental, serviam para manter os ritmos da labuta tal qual outros cantos de trabalho. Ocasionalmente, entretanto, os escravos utilizavam-se de letras codificadas para transmitir mensagens uns aos outros, de modo que o senhor, ainda que estivesse bem próximo, não os pudesse compreender — mensagens que poderiam ajudá-los a evitar a chibata do senhor, a subverter o processo de trabalho ou até mesmo a planejar uma fuga. A hora de nos encontrarmos e de nos reunirmos [*assemble*] é agora. Como Maquiavel frequentemente diz, não deixemos a ocasião passar.

<sup>iii</sup> Para um excelente estudo que confere amplitude semelhante ao conceito de *assembly*, ver Judith BUTLER. *Notes Toward a Performative Theory of Assembly*. Cambridge (MA); London: Harvard University Press, 2015.

\* “Dê com a enxada, Emma, dê com a enxada”, em tradução livre. [N. T.]

*O logotipo da editora Politeia foi concebido a partir de  
conceito elaborado pelo designer Max Schetty*

LIVRO INTEIRAMENTE PROJETADO EM SOFTWARE LIVRE

ℒ<sub>T</sub>E<sub>X</sub>

*por Juliano Bonamigo Ferreira de Souza*

PAPEL PÓLEN SOFT 70 g/m<sup>2</sup>  
IMPRESSO NA GRAPHIUM GRÁFICA E EDITORA  
SÃO PAULO | BRASIL | NOVEMBRO DE 2018